

### 3 METODOLOGIA PARTICIPATIVA

O CTA – Serviços em Meio Ambiente e Engenharia, empresa contratada para a realização do estudo ambiental da área do empreendimento, definiu por um modelo mais participativo e transparente na condução dos trabalhos do EIA/RIMA do Projeto do Estaleiro Jurong Aracruz: a Metodologia Participativa.

Por meio dela, a comunidade local teve a oportunidade de acompanhar, contribuir, discutir e conhecer o andamento dos processos do estudo, bem como esclarecer dúvidas e compartilhar sugestões para os programas ambientais.

A Metodologia Participativa do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Estaleiro Jurong Aracruz foi criada em caráter espontâneo, em acordo com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos – IEMA e a empresa Jurong do Brasil.

Numa perspectiva de estruturação dos projetos participativos de forma aberta, multidirecional, participativa e democrática, com a finalidade de acabar com a estagnação e a acomodação dos indivíduos, é preciso colocar as questões reais em movimento e circulação na sociedade, para o que, é essencial estabelecer estratégias comunicativas. As pessoas precisam, no mínimo, de informação para se mobilizarem, mas, além disso, precisam compartilhar um imaginário, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas a sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança. Segundo Telles (1999), “se o espaço público constrói um mundo comum entre os homens, este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável e que, portanto, se diferencia das experiências estritamente subjetivas e pessoais que podem ter validade na dimensão privada da vida social”.

Conforme Peruzzo (1998) já observava, “o termo participação chegou a tornar-se um modismo (...) podendo significar desde o mero assistir até o pleno tomar parte ativamente”. Analisando a participação do ponto de vista da perspectiva da comunicação nos movimentos populares, descreve como pode apresentar diferentes graus e modalidades: “Variam as concepções, as formas e a

intensidade da participação, que, na essência, diz respeito à democracia e se relaciona com o exercício do poder, implicando sua concentração ou partilha”. A autora descreve três diferentes modalidades de participação popular na perspectiva da ação coletiva, conforme os gradientes de sua íntima relação com o poder, ressaltando que a concretização de uma não significa a exclusão de outra. A “participação passiva” caracteriza-se pela postura de espectador e de conformismo, assumida pelas pessoas que simplesmente delegam poder a terceiros. A “participação controlada”, originada a partir de pressões das bases ou concessões de cima para baixo, onde o poder é exercido com limitações – restrições impostas por quem o detém – podendo ocorrer manipulação, quando se promove a participação para respaldar os interesses dos detentores de poder. Finalmente, a “participação-poder”, onde o poder é partilhado propiciando o crescimento mais completo das pessoas e organizações, enquanto sujeitos, sendo suas expressões a co-gestão e a autogestão. E é nesta última que estruturou-se a presente proposta de Metodologia Participativa do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Estaleiro Jurong Aracruz.

Soma-se a estes a iniciativa do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos – IEMA na criação de Comissões de Acompanhamento de Condicionantes Ambientais, que vem sendo implantadas com o objetivo de o acompanhamento do cumprimento das condicionantes relativas ao processo de licenciamento ambiental da instalação de grandes empreendimentos no Estado do Espírito Santo.

A justificativa se baseia no fato de que:

- O ponto de vista da comunidade precisa ser incluído em qualquer processo de decisão para assegurar que esta será uma decisão apropriada para a própria comunidade.
- Caso os atores participem de todos os aspectos do projeto, também se sentirão mais comprometidos, mais dispostos a confiar nos técnicos, e

mais dispostos a esperar um retorno que pode levar anos para se manifestar.

- Um dos objetivos de qualquer iniciativa deve ser a eventual autogestão do projeto pela família ou comunidade. A auto-gestão se torna possível somente quando as famílias sabem por que e como o projeto foi desenvolvido.
- As famílias e/ou comunidade devem também aprender a partir dos diagnósticos, não só os técnicos e pesquisadores. A informação é muito importante para todos (CHAMBERS, 1992).

### 3.1 MOBILIZAÇÃO

Originalmente, o verbo mobilizar significa “dar movimento a”; “por em movimento ou circulação”. Fonseca & Costa (1996), amplia este conceito quando dizem que “mobilizar é convocar vontades para um propósito determinado, para uma mudança na realidade”. Se uma mudança se faz necessária é porque existem problemas que estão impedindo um bom funcionamento da sociedade.

Mobilizar, portanto, é convocar estas vontades de pessoas que vivem no meio social (e optaram por um sistema político democrático) para que as coisas funcionem bem e para todos; é mostrar o problema, compartilhá-lo, distribuí-lo, para que assim as pessoas se sintam co-responsáveis por ele e passem a agir na tentativa de solucioná-lo. Isto não implica a retirada da função do Estado de garantir a integração, a regulação e o bom funcionamento da sociedade. Mas implica que a própria sociedade gere meios de solucionar os problemas com os quais o Estado, por si só, não seja capaz de lidar.

Compreendendo o caráter aberto, dinâmico e descentralizado, desejável aos processos mobilizadores, o fazer comunicativo, mais do que informar, tem por tarefa criar uma interação própria entre estes processos e seus públicos, através

do compartilhamento de sentidos e de valores. Deseja-se, assim, que sejam fortalecidos os vínculos destes públicos com os movimentos e que sejam capazes de tomar iniciativas espontâneas de contribuir à causa dentro de suas especialidades e possibilidades.

Verifica-se ainda que, além do técnico e da metodologia, há um terceiro componente que é a predisposição da comunidade em participar. E deve se ressaltar, conforme Peruzzo, que “nas condições do Brasil e de outros países latino-americanos, onde os povos não têm tradição nesse sentido (...), pretender alcançar um grau de participação mais elevado é algo de difícil concretização”.

No âmbito da Metodologia Participativa, a mobilização é um processo, em seu sentido mais amplo, onde as diversas ações, constituem aspectos votados à mobilização dos sujeitos da ação. Todavia, dar-se-á destaque especial a mobilização na oportunidade da interface com os representantes das comunidades, poder público e setor produtivo de forma a promover o debate acerca das questões relativas ao EIA.

O que nos interessa é o grau de participação que queremos (ou devemos?) alcançar para estabelecer um processo de construção dos projetos.

Muitos projetos estabelecem um grau de "participação com base em incentivos materiais" ou, em casos excepcionais, alcançam uma participação funcional. O DRP tem como objetivo a participação interativa, ou seja, a participação dos beneficiários em todas as fases de um projeto.

Para atingi-lo, precisa-se tanto da vontade política como da institucional, principalmente na execução de um projeto. Um DRP inicial não garante que a participação seja a adequada a todas as fases de um projeto, porém é necessário para um bom começo.

A Metodologia Participativa consistirá em reuniões, coletivas e individuais, que deverá contar com os mais diversos atores mobilizados. Seus resultados, após

analisados e sistematizados, serão validados em reunião específica (reunião de validação) refletindo as demandas dos grupos sociais e, somadas as demais informações técnicas, consistirão na base das medidas e programas ambientais.

### **3.2 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO EIA/RIMA**

Afim de possibilitar a discussão sobre os principais pontos de estudo do EIA do Projeto do Estaleiro Jurong Aracruz, a saber: delimitação da área de influencia, diagnóstico ambiental, impactos ambientais, medidas e programas ambientais, estabeleceu-se a criação da Comissão de Acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Estaleiro Jurong Aracruz em caráter espontâneo, buscando a maior participação da sociedade no decorrer do desenvolvimento do EIA/RIMA.

A Comissão foi composta por dois representantes, sendo um titular e um suplente das Instituições/Entidades que se seguem, conforme deliberação dos presentes na reunião do dia 28 de maio de 2008:

#### Setor Público

- I. Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II. Secretaria Municipal de Desenvolvimento;
- III. Secretaria Municipal de Agricultura;
- IV. Secretaria Municipal de Turismo;
- V. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO/Centro Tamar;
- VI. Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo - ADERES;
- VII. Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- VIII. Sistema Nacional de Emprego - SINE;

---

## Sociedade Civil

- I. Centro Comunitário Barra do Sahy;
- II. Associação da Micro Região 11 - Associação Comunitária Itaparica e Portal de Santa Cruz;
- III. Associação Círculo Comunitário São Benedito do Rosário;
- IV. Associação Comunitária Barra do Riacho - ACBR;
- V. Associação Tupiniquim Guarani;
- VI. Associação dos Amigos do Piraqueaçu - AMIP;
- VII. Praia do Sauê - Associação de Moradores do Balneário Praia do Sauê;
- VIII. Mar Azul - Associação de Moradores do Bairro Andorinhas - Mar Azul;
- IX. Associação dos Moradores de Coqueiral – AMOC;
- X. Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente – ACAPEMA;
- XI. Associação de Pescadores da Barra do Riacho.

## Setor Produtivo

- I. Associação das Empresas de Turismo de Aracruz – AETA;
- II. Associação Sindicato Rural de Aracruz;
- III. Câmara de Dirigentes Lojistas de Aracruz;
- IV. Terminal Especializado de Barra do Riacho – Portocel;
- V. Associação Movimento Empresarial de Aracruz – AMEAR;
- VI. Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado – SINEPE;
- VII. Colônia de Pescadores Manoel Miranda (Z-7).

A Comissão teve como objetivo o acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Estaleiro Jurong Aracruz, possibilitando a maior participação da sociedade ao longo do desenvolvimento do EIA/RIMA.

O período de duração da Comissão correspondeu ao período de elaboração do EIA/RIMA referente ao Projeto Estaleiro Jurong Aracruz.

### 3.2.1 Reuniões da comissão

A Comissão se reuniu ordinariamente, na terceira quinta-feira de cada mês, para o acompanhamento das atividades, em local e horário estabelecidos pela mesma, mediante convocação com antecedência de sete dias, feita pela Coordenação Geral.

Neste âmbito foram realizadas ao todo 5 reuniões da Comissão, sempre com a presença da maioria dos representantes e contando ainda com a participação de várias pessoas da comunidade, órgãos públicos e setor produtivo, que em muitos momentos fizeram importantes contribuições. As datas e temáticas das reuniões foram:

1. dia 28 de maio de 2009
  - a. apresentação da proposta da Metodologia Participativa
  - b. apresentação do Empreendimento
  - c. escolha dos representantes da Comissão
  
2. dia 18 de junho de 2009
  - a. posse dos membros da Comissão
  - b. elaboração do Código de Conduta
  - c. discussão das Áreas de Influência
  
3. dia 16 de julho de 2009
  - a. discussão do Diagnóstico Ambiental
  
4. dia 20 de agosto de 2009
  - a. discussão do Diagnóstico Ambiental
  
5. dia 26 de dezembro de 2009



- a. discussão dos impactos ambientais, medidas (mitigadoras, potencializadoras e compensatórias) e programas.

### 3.2.1.1 Reunião do dia 18 de junho de 2009

Após a reunião ampliada, quando os representantes de diversos segmentos da sociedade presentes elegeram em consenso as representações, que iriam compor a comissão conforme descrito anteriormente. A posse da Comissão aconteceu no dia 18 de junho (**Figura 3-1**) com os objetivos de:

- Dar posse dos membros componentes da Comissão de Acompanhamento do EIA/RIMA do estaleiro Jurong Aracruz e elaborar o Código de Conduta para a Comissão de Acompanhamento.
- Discutir os critérios para definição da Área de Influência do estudo ambiental.



**Figura 3-1:** Reunião de posse da Comissão de Acompanhamento.

O CTA procedeu a apresentação das Áreas de Influência, observando que as mesmas ainda não estavam definidas e que as colocações da comissão, após análise técnica, seriam incorporadas nos critérios de definição das áreas de influência do projeto EJA.



Justificou-se que algumas das áreas de influência ainda não seriam apresentadas, pois os estudos para conclusão do tipo de estrutura e o posicionamento do quebramar ainda estavam em fase de elaboração.



**Figura 3-2:** Panorâmicas da reunião da Comissão de Acompanhamento do EIA/RIMA do Estaleiro Jurong Aracruz.

Foram apresentados a propostas acerca dos critérios e delimitação das áreas de influência em relação a:

- Meio Físico – Oceanografia Física, Emissões atmosféricas, Geologia, geomorfologia e hidrogeologia, Ruído, luminosidade.
- Meio Socioeconômico.
- Meio Biótico - terrestre Fauna e Flora, biota marinha e produção pesqueira.

#### 3.2.1.1.1 Principais contribuições para o EIA

Com a discussão dos critérios e limites das áreas de influência foram incorporados no presente EIA os pontos abaixo contribuindo para a melhoria técnica do mesmo:

1. O modelo computacional deve contemplar microescala, de forma a possibilitar a avaliação da rugosidade de fundo (presença das couças lateríticas) e os aspectos sobre a ondulação em pontos de prática de surf na região.

2. A Comissão acatou a delimitação da área de influência do meio socioeconômico. E ressaltou que deve ser identificado o impacto sobre serviços e infraestrutura pública e sua demanda reprimida apontando condicionantes para o poder público.
3. Necessidade de considerar o aumento proporcionado pela população atraída em função da expectativa gerada a partir da oportunidade de emprego no estaleiro.
4. Definição e delimitação da área de influência para a atividade pesqueira enquanto comunidade e, principalmente, em função da coleta de dados sobre a produção pesqueira e a localização das áreas de pesca.
5. Necessidade incluir os trechos onde haverá aumento de tráfego de veículo em função do risco de atropelamento de animais.

### 3.2.1.2 Reunião do dia 16 de julho de 2009

Nesta terceira reunião da Comissão de Acompanhamento do EIA do projeto Estaleiro Jurong Aracruz, o Regimento Interno da Comissão foi aprovado, com algumas ressalvas que foram contempladas no documento final, após sua leitura pelo coordenador dos trabalhos da Metodologia Participativa, Sergio Rodrigues do CTA. O documento tem como base o Regimento Interno da Comissão de Acompanhamento das Condicionantes da Samarco, criado em função de condicionante ambiental do IEMA. Foi destacada a importância de cunho orientativo e organizacional do regimento para comissão.

Apresentou-se ainda os resultados preliminares do diagnóstico ambiental referentes aos estudos de : Hidrologia Geologia e Geomorfologia, Oceanografia, Fauna marinha e Emissões Atmosféricas(**Figura 3-3**).



**Figura 3-3:** Panorâmicas da reunião da Comissão de Acompanhamento do EIA/RIMA do Estaleiro Jurong Aracruz.

### 3.2.1.2.1 Principais contribuições para o EIA

A partir das apresentações do diagnóstico supracitado

1. A Comissão questionou sobre a localização do quebra mar, e o seu impacto sobre a navegação, ondas e praia.
2. Foi questionado sobre os impactos que a Jurong traria nas estradas e se o Governo do Estado Espírito Santo teria algum projeto a fim de driblar qualquer tipo de transtorno desta ordem.
3. A Comissão questionou como seria feita a amostragem da pesca e quais os critérios para o levantamento de informações. Afirmou que muitos pescadores não estão cadastrados e por isso a fonte de pesquisa deveria ser revista.

### 3.2.1.3 Reunião do dia 20 de agosto de 2009

A reunião do dia 16 de julho teve como principais objetivos a finalização da apresentação das Preliminares do Diagnóstico Ambiental (Ruído, Fauna Continental, Fauna e Meio Antrópico) e a apresentação da Prefeitura Municipal de Aracruz com enfoque na infraestrutura a ser disponibilizada para a região da orla do município prioritariamente Barra do Riacho e Barra do Sahy (**Figura 3-4**).



**Figura 3-4:** Panorâmicas da reunião da Comissão de Acompanhamento do EIA/RIMA do Estaleiro Jurong Aracruz.

#### 3.2.1.3.1 Principais contribuições para o EIA

1. A Comissão questionou o que foi apresentado pela prefeitura no PPA, pois não há uma previsão de execução e que, até então, não havia nada de concreto; a exemplo da instalação do DPJ, das câmeras de monitoramento (só instaladas no verão), bem como sobre o abastecimento de água e a construção de uma nova escola.
2. Afirmou a falta de investimento na Orla e do despreparo para investimento do poder público.
3. Falou também do receio de que, com a ampliação no número de pessoas no município, com a chegada de outro empreendimento na região, o estado se agrave.
4. O grupo apresentou hostilidade para a falta de investimentos por parte do poder público na região da orla (ações concretas).

#### 3.2.1.4 Reunião do dia 26 de dezembro de 2009

Face ao tempo necessário para fechamento do EIA as reuniões de setembro, outubro e novembro precisaram ser canceladas. A reunião para Discussão dos impactos ambientais, medidas (mitigadoras, potencializadoras e compensatórias) e programas aconteceu no dia 26 de dezembro de 2009 e em caráter extraordinário a reunião foi prevista com duração de 8 horas. A razão da



ampliação do tempo de reunião deu-se em função da necessidade de discussão por parte da Comissão, dos programas ambientais demandados pelos representantes das comunidades em função dos impactos apresentados (Figura 3-5).

A construção dos programas com base participativa possibilitou a o direcionamento de programas para as reais compensações dos impactos e principalmente, refletir as necessidades destas comunidades.



**Figura 3-5:** Panorâmicas da reunião da Comissão de Acompanhamento do EIA/RIMA do Estaleiro Jurong Aracruz.

#### 3.2.1.4.1 Principais contribuições para o EIA

- Oceanografia física:

A comissão questionou sobre qual o retorno, em relação a alteração das correntes marítimas devido as construções de quebra mar e as obras de dragagem a serem realizadas para atracação de navios no estaleiro, sobre os barcos pesqueiros

*O CTA respondeu ao questionamento dizendo que foram realizados projetos com cinco layouts diferentes para o empreendimento visando impactar menos a região. Esclareceu que a estrutura do quebra mar tem característica de amortecer e não refletir as ondas.*

Foi apontado pelos pescadores a necessidade de construção de uma estrutura de atracação dos barcos de Barra do Sahy, uma vez que hoje já é complicada esta operação e com a implantação do Empreendimento a guarda ficará dificultada.

A Comissão questionou qual seria a rota dos batelões uma vez que já estão tendo problemas com os batelões que executam o transporte do material dragado no Porto de Barra do Riacho.

*O CTA respondeu que consta no EIA o Projeto de Comunicação Social que contempla não só a divulgação da rota dos batelões como também a demarcação destas com bóias no mar, dependerá somente das normas de navegação da Capitania dos Portos do Espírito Santo. Além disso será contemplado neste EIA o acompanhamento por sensoriamento remoto das rotas e repasse destes resultados aos pescadores.*

A Comissão em relação ao quebra mar, sugeriu que a Empresa se comprometesse com a pesca, reservando parte do quebra mar, à comunidade pesqueira, ajudando no estudo e na criação de pesqueiros e tanques rede, como forma de compensação para os pescadores.

*O CTA esclareceu que não há impedimento para as atividades de pesca no entorno do quebra mar, desde que respeitados os momentos de movimentação e manobras de embarcações no estaleiro. Acrescentou que estes aspectos serão evidenciados nos programas de comunicação social.*

*Lembrou dos programas de compensação da atividade pesqueira: criação de algumas estruturas de atração para os barcos de pescadores e manutenção da abertura da barra do rio do Riacho para atração dos barcos.*

- Recursos hídricos:

A Comissão perguntou por que o monitoramento de qualidade de água não havia sido estendido até o rio Preto.

*O CTA respondeu ao questionamento dizendo que o impacto sobre os recursos hídricos do empreendimento são de abrangência local não se estendendo à costa do município de Aracruz inteira. Acrescentou ainda que a Jurong não pode se responsabilizar pelos impactos causados por outros empreendimentos do município de Aracruz. E que, por isso, os monitoramentos a serem realizados se restringirão aos limites da região impactada pelo Estaleiro Jurong Aracruz. Ressaltou ainda que pode ser feita uma integração com todos os Empreendimentos do município para um grande monitoramento.*

- Emissões Atmosféricas:

*A Comissão perguntou sobre os impactos causados pelas tintas que vão atingir tanto a água quanto o ar.*

*O CTA respondeu dizendo que a tinta que será utilizada na pintura dos cascos dos navios são base de água, sem solventes químicos agressivos ao meio ambiente. Acrescentou ainda que os principais clientes da Jurong, a exemplo da Petrobras, só admitem tintas com essas características.*

*A Comissão sugeriu recobrir as vias de acesso com brita ao invés de escória, pois a mesma libera partículas no ar que são prejudiciais à saúde. Disse que várias pessoas tiveram problemas com recobrimento com escória.*

*A sugestão foi acatada e encontra-se sistematizada neste EIA.*



- Flora:

O CTA apresentou a obrigatoriedade da Jurong em replantar 56 ha, o dobro do que será suprimido, mas que isso não ocorreria necessariamente no município de Aracruz.

*A Comissão questionou o fato de replantar mudas em outros municípios, pois o empreendimento será construído em Aracruz e assim a área a ser recuperada deve ser também a orla do município.*

Acordou-se então que esta recuperação de área seria implementada no município de Aracruz prioritariamente em regiões da orla ou adjacentes a esta.

*A Comissão sugeriu destinar a madeira para a comunidade.*

*O CTA disse que é necessário verificar o destino apropriado para a vegetação a ser suprimida junto ao IDAF.*

### **3.2.2 Reuniões com as Representatividades Municipais**

Ao longo das reuniões da Comissão foram realizadas reuniões com o Poder Público, Empresários e Sociedade Civil Organizada da orla de Aracruz.

Para esta etapa da Metodologia Participativa optou-se por utilizar a entrevista estruturada que é exatamente um processo conduzido de acordo com uma ordem predeterminada. É cuidadosamente planejada para extrair o máximo de informações do entrevistado com um mínimo de perguntas do entrevistador. Nesta etapa serão realizados os questionamentos relacionados à percepção dos impactos e riscos ambientais do estaleiro jurong de Aracruz.

Segundo Oppenheim (1988), o objetivo de uma entrevista exploratória é conceituar o problema ou os problemas a serem pesquisados. A idéia é que o

entrevistador levante o assunto a ser discutido usando uma pergunta aberta e deixando que o entrevistado, ao responder, determine a direção posterior da entrevista.

Portanto, na elaboração do roteiro, não é possível imaginar, *a priori*, as classificações e as tipologias a serem utilizadas já numa forma definitiva. O roteiro pode incluir, antes da sua efetiva aplicação, somente hipóteses – mais ou menos detalhadas, a depender do conhecimento prévio do território do município – sobre as classificações e tipologias a serem utilizadas. Estas, de fato, podem se definir somente durante o próprio trabalho de campo.

De uma forma geral, é provável que os seguintes itens gerais tenham que ser incluídos:

1. Histórico da comunidade/bairro (tempo, como nasceu e se desenvolveu, principais mudanças positivas e negativas); identidade e auto-estima.
2. Comércio e indústria locais: quantidade, tipo e nível de lojas etc.
3. Ocupações mais freqüentes entre os adultos (respectivamente para homens e mulheres) inclusive autoprodução (ex.: roça, criação).
4. Nível educacional médio dos adultos, analfabetismo.
5. Renda média familiar e principais fontes de renda.
6. Nível de organização, mobilização e participação comunitária.
7. Atuação das associações e entidades locais, inclusive igrejas (localização, tipo, natureza, número de participantes/assistidos, abrangência geográfica, setores de atuação, tipos de atividades desenvolvidas, resultados alcançados).
8. Percepção ambiental, relação com o ambiente natural, uso dos recursos naturais e valoração dos serviços proporcionados pelos ecossistemas.

Especificamente em relação aos impactos do Estaleiro Jurong de Aracruz:

9. Percepção dos impactos das atividades do estaleiro.
10. Percepção dos impactos dos serviços e atividades de apoio.

11. A comunidade se beneficiará dessas atividades? Como? Por quê?

12. Sugestões para as medidas e programas ambientais.

Cada informante-chave é selecionado de propósito, não aleatoriamente, e proporciona informações relativas à área na qual ele mora e à comunidade que pertence. Por isso, eles não devem ser escolhidos aleatoriamente. Pelo Contrário, é preciso buscar de propósito e de maneira bem direcionada, pessoas que possuam as qualidades necessárias para ser informantes-chave. Trata-se, em geral, de líderes de entidades locais, funcionários de serviços públicos com uma determinada área de abrangência local, comerciantes e lojistas, religiosos, que compõem a Comissão de Acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Estaleiro Jurong Aracruz.

Os informantes-chave participam em relações interativas comuns e em redes comunitárias de comunicação e troca de informações (LOMNITZ, 1988). Nessa etapa, emprega-se o método da “bola de neve” – *snowball technique* (ATKINSON e FLINT, 2001), segundo a qual, cada pessoa entrevistada indica outros potenciais informantes-chave a serem contatados nas entrevistas seguintes. Dessa maneira, de pessoa em pessoa, é gradualmente construída a amostra, e, paralelamente, são coletadas as informações. Esse método é útil para contatar os “nós” das redes sociais que compõem os sujeitos da ação educativa desta Metodologia Participativa.

A seguir destacaremos os principais pontos observados e que constam neste EIA, incorporando desta forma os anseios e percepções das instituições participantes deste processo e suas representadas.

### 3.2.2.1 Setor Pesqueiro

Foram realizadas reuniões com as instituições representativas dos pescadores no município e também com pescadores não institucionalizados principalmente em Barra do Sahy.

## **Barra do Sahy**

A reunião na comunidade de Barra do Sahy, Aracruz, foi realizada representantes dentre pescadores, mulheres e moradores da comunidade de Barra do Sahy.

Destacaram o problema do fechamento da boca da barra que impede a entrada e saída dos barcos e a necessidade de construir um enrroncamento para possibilitar a guarda dos barcos. Após a equipe esclarecer sobre dificuldades no processo de licenciamento ambiental para a construção do enrroncamento, percebeu-se uma divisão de opções entre os homens e duas mulheres ali representadas. Os homens claramente consideram a dificuldade em atracar os barcos e o fechamento da boca da barra como prioritários, enquanto as mulheres priorizaram a construção de Box para comercialização do pescado.

Por fim, para esta comunidade ficou clara a necessidade de estrutura para guarda e atracamento das embarcações.

## **Barra do Riacho**

O contato com os pescadores da comunidade da Barra do Riacho, Aracruz, deu-se em dois momentos distintos o primeiro com a Colônia de Peca Z-7 e o segundo com a Associação dos Pescadores da Barra do Riacho e Barra do Sahy – ASPEBR.

Com a Colônia após a apresentação do projeto e seus principais impactos. As discussões foram direcionadas para atividades ou ações que pudessem perpetuar o ciclo de vida do pescador e da sua família, considerando de prioritária importância a abertura da boca da barra do rio Riacho.

Foi observado pela Colônia que os pescadores já possuem uma licença ambiental da Prefeitura Municipal de Aracruz para a manutenção da dragagem de forma a manter a boca da barra aberta.

Na reunião com a Associação dos Pescadores da Barra do Riacho e Barra do Sahy – ASPEBR foi priorizada a compra de equipamentos para o estaleiro da Associação como máquina de solda e máquinas para trabalho com madeira e mecânica naval de forma a aumentar a segurança das embarcações com manutenção periódicas possibilitando buscar peixes em locais mais distantes. Outro ponto levantado neste mesmo sentido foi um curso de carpintaria naval, ofício muito necessário na manutenção das embarcações porém não existe mais nenhum profissional com a especialidade na região.

Outro ponto discutido com os pescadores refere-se ao posicionamento do bota fora e o funcionamento dos batelões. Neste sentido foi observado as seguintes considerações:

- O bota fora deveria ficar mais longe, fundo e ao sul do bota fora hoje utilizado para a dragagem do porto de Barra do Riacho;
- A rota dos batelões precisam ser divulgadas e ser de conhecimento de todos os pescadores;
- As rotas devem ser demarcadas com bóias.

Todas estas considerações foram contempladas e estão descritas neste RIMA.

## **Santa Cruz**

A Reunião com os pescadores de Santa Cruz foi agendada juntamente com a Associação de Pescadores e Maricultores de Santa Cruz, no entanto, somente um pescador compareceu justificando a dificuldade de comunicação interna entre os membros da instituição que atualmente passa por um momento de desmobilização, reintegração de uma nova diretoria e revisão de novos trabalhos.

Em tempo, foi solicitado um novo momento junto aos representantes dos pescadores enfatizando a necessidade de participação de todos os pescadores locais estejam eles institucionalizados ou não.

### **Associação de Moradores**

Foram realizadas diversas reuniões com as associações de moradores e comunitárias participantes da Comissão de Acompanhamento, pode-se citar: Centro Comunitário Barra do Sahy, Associação da Micro Região 11 - Associação Comunitária Itaparica e Portal de Santa Cruz, Associação Círculo Comunitário São Benedito do Rosário, ACBR - Associação Comunitária Barra do Riacho, Associação de Moradores do Balneário Praia do Sauê, Associação de Moradores do Bairro Andorinhas - Mar Azul e Associação dos Moradores de Coqueiral – AMOC.

As demandas e anseios das comunidades foram basicamente os mesmos diferindo no peso dado as questões de acordo com a comunidade. Foram destacados as questões relativas a:

- capacitação de mão de obra local;
- priorização da contratação de mão de obra local;
- Pressão sobre os serviços públicos;
- Impacto no fluxo turístico na região.

Após uma série se reuniões chegou-se ao modelo de fluxo para contratação de mão de obra, que pode ser observado no capítulo específico deste EIA, priorizando o repasse das informações de demanda para as associações assim como recebendo destas o parecer de morador nas fichas de encaminhamento ao emprego.

Outro avanço neste sentido, foi o processo de construção de um banco de dados alimentado pelas associações de moradores contemplando a mão de obra e

---

serviços disponíveis na região. Este banco de dados permitirá a planejamento dos cursos de formação assim como o processo de priorização de mão de obra respaldado pelas associações de moradores da região.

Outro ponto de discussão foi o impacto sobre o turismo na região. Este assunto foi bastante debatido até encontrarmos uma solução onde o EIA pudesse apontar uma medida que não recaísse em obras de infraestrutura municipal, sobrepondo a atuação do poder público.

Desta forma encontrou-se a necessidade de investir no planejamento do turismo na orla do município e não apenas no entorno imediato do estaleiro. Em contato com a Secretaria de Meio Ambiente de Aracruz e as associações foi possível identificar a necessidade de acelerar o processo de elaboração do Projeto Orla, onde o Estaleiro poderia contribuir com a agilidade de contratações e logística do processo de construção participativa.



### 3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização das reuniões ampliadas com a comissão de acompanhamento e com as lideranças representativas da região, foram estabelecidas as seguintes demandas decorrentes da instalação e operação do empreendimento, que nortearam o estabelecimento das medidas mitigadoras e programas ambientais.

Associação dos Pescadores da Barra do Riacho e Barra do Sahy – ASPEBR  
Construção de estrutura para facilitar a atracação dos barcos dos pescadores de Barra do Sahy.

- Colônia de Pesca Z-7

Instrumentalização e aparelhamento do estaleiro de barcos da Barra do Riacho.

Efetivar dragagem de manutenção na foz do rio Riacho, de forma a evitar o seu fechamento no período de baixa pluviosidade. Esta atividade deverá ocorrer nos anos de 2010 e 2011.

- Centro Comunitário Barra do Sahy, Associação da Micro Região 11 - Associação Comunitária Itaparica e Portal de Santa Cruz, Associação Círculo Comunitário São Benedito do Rosário, ACBR - Associação Comunitária Barra do Riacho, Associação de Moradores do Balneário Praia do Sauê, Associação de Moradores do Bairro Andorinhas - Mar Azul e Associação dos Moradores de Coqueiral – AMOC.

Efetivação dos Programas de Mobilização, Seleção e Qualificação da Mão de Obra e de Priorização de Mão de Obra Local, com participação direta das entidades representativas locais.

Estabelecimento de um cadastro de pessoal e de empresas fornecedoras, com banco de dados, nas associações comunitárias.

---

Elaboração do projeto básico de engenharia de forma a atender parte dos requisitos para captação de recursos , no âmbito do “Projeto Orla”

Parte das demandas já forma incorporadas ao longo deste EIA. Algumas medidas estão sendo avaliadas no contexto geral do empreendimento quanto à sua viabilidade técnica e financeira. Todavia, todas estas reivindicações já estão sendo tratadas pela Jurong do Brasil.